



# Câmara Municipal de Monte Alto

Estado de São Paulo



**EDITAL nº 2/2026**

## **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO QUILOMETRO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**

**PROCESSO Nº 13/2026**

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>**

**PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP**

**<https://pncp.gov.br/app/editais/>**

**UASG: 931139**

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 28/04/2026**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/05/2026, às 09:30 horas (horário de Brasília).**

### **PREÂMBULO**

A Sessão Pública de processamento do pregão eletrônico será realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, às **09:30** horas (horário de Brasília) do dia **18 de maio de 2026** e havendo a necessidade de prorrogação o Pregoeiro definirá o horário de início da segunda sessão.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Portal de compras do Governo Federal.

Todas as informações e esclarecimentos a respeito do presente Edital poderão ser obtidos no site do Portal de Compras do Governo Federal, <https://www.gov.br/compras/pt-br/> referente ao presente pregão eletrônico, nos campos próprios disponíveis.

Qualquer alteração ulterior será disponibilizada nas páginas da Internet [www.camaramontealto.sp.gov.br](http://www.camaramontealto.sp.gov.br) e [www.gov.br/compras/pt-br](https://www.gov.br/compras/pt-br/) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Alto torna público que se acha aberta nesta Casa de Leis, inscrita no CNPJ sob nº 49.227.788/0001-62, com sede administrativa à Avenida 15 de Maio, nº 650, licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **menor preço**, do modo **aberto e fechado**, abrigado nos autos do Processo Administrativo nº 13/2026, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 1**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



[camara@montealto.sp.leg.br](mailto:camara@montealto.sp.leg.br) - [licitacao2@montealto.sp.leg.br](mailto:licitacao2@montealto.sp.leg.br)  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 [@camaramontealto](https://www.camaramontealto.sp.gov.br)



# Câmara Municipal de Monte Alto

## Estado de São Paulo



Todos os procedimentos do presente certame obedecerão a Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2023, a Resolução da Câmara Municipal nº 15, de 05 de dezembro de 2023 e demais legislações aplicáveis.

As propostas deverão atender todas as exigências e especificações constantes deste edital e dos anexos que dele fazem parte integrante.

Integram o presente edital:

Anexo I	- Modelo de Proposta Comercial;
Anexo II	- Termo de Referência;
Anexo III	- Minuta Contratual;
Anexo IV	- Modelo de Declarações;
Anexo V	- Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
Anexo VI	- Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2023; e
Anexo VII	- Resolução da Câmara Municipal nº 15, de 05 de dezembro de 2023

A despesa decorrente da presente licitação será suportada por recurso de dotação própria na vigente lei orçamentária, com as seguintes classificações contábeis:

Ficha 11

01 – Poder Legislativo

01.01 – Câmara Municipal

01.031.2001.2.001 – Custeio dos Serviços Administrativos

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

4.4.90.52.52 – Veículos de Tração Mecânica

## 1 - DO OBJETO

**1.1** - Constitui objeto deste pregão eletrônico a aquisição de 1 (um) veículo automotor novo, 0 (zero) KM, com capacidade para 5 (cinco) passageiros, tipo SUV, automático, cor preta, 5 (cinco) portas para a Câmara Municipal de Monte Alto, tudo conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2** – O presente processo de licitação seguirá as seguintes fases, em sequência: apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, resolução de recursos, caso houver, adjudicação do objeto licitado e homologação.

## 2 – DA PARTICIPAÇÃO

**2.1** - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 2**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**2.1.1** - As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente pregão deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao sítio eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/sicaf-digital>.

**2.2** - Estarão impedidas de participar as empresas que:

**2.2.1** - Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Monte Alto, com base no artigo 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21;

**2.2.2** - Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

**2.2.3** - Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV, do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/21;

**2.2.4** - Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do inciso VI, do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/21;

**2.2.5** - Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**2.2.6** - Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

**2.2.7** - Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

**2.2.8** - Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

**2.2.9** - Que constar qualquer impedimento de contratar com a Administração pública no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 3**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# Câmara Municipal de Monte Alto

## Estado de São Paulo



**2.3** - A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Portal de Compras do Governo Federal, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema Compras.gov.br, relativos ao pregão eletrônico.

**2.4** - A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da chave e senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

**2.4.1** - Em caso de perda ou quebra do sigilo da chave de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**2.5** - Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

**2.6** - O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

### 3 - DO CREDENCIAMENTO

**3.1** - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, e dar-se-á pela atribuição, pelo órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.2** - O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

**3.3** - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**3.4** - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou à Câmara Municipal de Monte Alto, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de suas credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5** - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 4



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.6** - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

#### **4 - DA PROPOSTA**

**4.1** - O licitante deverá encaminhar a proposta, com a descrição do objeto ofertado e preço, por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**4.2** - O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**4.3** - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**4.4** - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**4.5** - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

**4.6** - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

**4.7** - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.7.1** - Preço unitário e total do objeto, incluindo todos os custos para a garantia da entrega do produto, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as características constantes dos Anexos I e II, deste Edital.

**4.7.2** - Descrição detalhada do objeto, conforme especificações previstas no Termo de Referência.

**4.8** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**4.9** - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto a ser contratado por este Edital.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 5**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA







# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**4.9.1** - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

**4.9.2** - Não será admitida cotação de mais de uma marca e quantidade inferior prevista neste Edital.

**4.9.3** - Quando se tratar de marca que possa identificar o licitante, deverá colocar no campo próprio os seguintes dizeres: “marca própria”.

**4.9.4** - A empresa licitante detentora do menor preço deverá apresentar **catálogo, folheto ou folder ou manual de instruções do fabricante do veículo**, em português ou traduzido, contendo informações técnicas, que demonstre o atendimento às especificações mínimas solicitadas nas descrições contidas nos Anexos I e II, deste Edital;

**4.9.4.1** - Não serão admitidas ofertas de veículo fora das especificações do objeto licitado, sob pena de desclassificação da proposta.

**4.10** - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**4.11** - Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**4.12** - O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

## **5 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**5.1** - Será exigida apresentação dos seguintes documentos de habilitação, apenas pelo licitante vencedor:

### **5.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a)** Demonstração da capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, por meio da comprovação de sua existência jurídica, através dos seguintes documentos, conforme o caso:

**b)** Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

**c)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sociedades mercantis e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 6**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.

### **5.1.2 - Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:**

**a)** Prova que possui conhecimento técnico e experiência prática no fornecimento de veículos automotivos, por meio da apresentação de certidão ou atestado expedido necessariamente em nome do licitante;

**a.1)** Só serão considerados válidos os atestados em papel timbrado, com identificação do nome, CNPJ e endereço do emissor. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física, devidamente identificada com o nome, cargo exercido, números de telefone e/ou de correio eletrônico para contato, estando as informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro.

**a.2)** O documento de comprovação da capacidade técnica poderá ser objeto de diligência, a critério do Pregoeiro, para efeito de complementação das informações ou para atestar sua fidedignidade.

**a.3)** Não será admitido atestado emitido pelo próprio sócio da empresa licitante ou por pessoa com vínculo de parentesco direto ou por empresas coligadas.

### **5.1.3 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

**b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**c)** Prova de regularidade para com as fazendas: Federal (incluindo as contribuições sociais), Estadual (inscritos em dívida ativa) e municipal (mobiliário), ou outras equivalentes, na forma da lei;

**d)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

**e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

**5.1.3.1** - Para efeito de prova de regularidade fiscal, social e trabalhista serão admitidas certidões positiva de débitos, com efeito de negativas.

### **5.1.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 7**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**5.1.4.1** - Certidão negativa de falência expedida nos últimos 60 (sessenta) dias, anteriores à data da realização da sessão pública eletrônica do pregão, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**5.1.5** - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**5.2** - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

**5.3** - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Câmara Municipal aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

**5.4** - Declarações subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelo mostrado no Anexo IV, deste Edital, atestando que:

**a)** Nos termos do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

**b)** Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à Câmara de Monte Alto, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato (Pedidos de Compra) serão efetuadas através do Sítio Eletrônico da Câmara e Diário Oficial do Município de Monte Alto e que os recursos administrativos decorrentes da execução contratual deverão ser encaminhados exclusivamente pelo correio eletrônico [licitacao2@montealto.sp.leg.br](mailto:licitacao2@montealto.sp.leg.br) ;

**c)** Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra;

**d)** Que o veículo ofertado está de acordo com as especificações mínimas descritas nos Anexos I e II, que examinou criteriosamente o objeto licitado em todos os seus detalhamentos, que tem pleno conhecimento das especificações do veículo ofertado e está ciente da obrigação de entregar o veículo nas especificações descritas no Anexo II, ciente que caso o veículo no momento da entrega não atender as exigências editalícias estará sujeito à aplicação de penalidades e sanções previstas no Edital;

**e)** Que se responsabiliza pelo transporte e pela manutenção da qualidade física do veículo, até a sua entrega;

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 8**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**f)** Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item Compras.Gov mais semelhantes ao descrito no Anexo I e Anexo II. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos;

**g)** De que conhece a obrigação de assinar o Contrato Administrativo, no caso de ser adjudicatária do objeto da licitação, no prazo definido no Edital e que tem pleno conhecimento das sanções previstas no inciso VI, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2.023, em caso de descumprimento da formalização do documento.

**h)** De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.5** - Para a comprovação de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, as licitantes deverão apresentar:

**5.5.1** - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V, deste Edital;

**5.5.2** - quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

**5.5.3** - quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

**5.6** - Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório ou por consulta pública em sítios eletrônicos de instituições expedidoras ou que a sua autenticidade seja feita por agente da Câmara Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**5.7** - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

**5.8** - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

**5.9** - Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão, acarretará a inabilitação da proponente.

**5.10** – O Pregoeiro, a seu critério, diligenciará efetuando consulta direta na Internet nos “sites” dos órgãos expedidores para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 9**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





## 6 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**6.1** - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2** - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**6.2.1** - A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 59, da Lei Federal nº 14.133/21, fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.2.2** - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.3** - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.4** - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**6.5** - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do objeto.

**6.6** - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.6.1** - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 0,10 (dez centavos)**;

**6.6.2** - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

**6.7** - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**6.8** - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 10**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**6.9** - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que, em até 5 (cinco) minutos, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10%** (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final, **sigiloso** até o encerramento deste prazo.

**6.9.1** - Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.10** - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.10.1** - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar, em até 5 (cinco) minutos, um lance final e fechado, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.11** - Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

**6.12** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.13** - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.13.1** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no portal de Compras do Governo Federal – “Compras.gov.br”.

**6.14** - O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário do veículo, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**6.15** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

**6.16** - Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte, procedendo, à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 11**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**6.16.1** - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.16.2** - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.16.3** - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.16.4** - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.17** - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.17.1** - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.17.1.1** - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.17.1.2** - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.17.1.3** - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.17.1.4** - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.18** - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 12**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**6.18.1** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.19** - Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida.

**6.20** - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**6.21** - O licitante detentor da melhor oferta, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação efetuada no sistema eletrônico, deverá encaminhar:

**6.21.1 – Catálogo, folheto ou folder ou manual de instruções do fabricante do veículo ofertado, conforme subitem 4.9.4, deste Edital;**

**6.21.2** – Sua proposta final deverá ser formulada nos termos do Anexo I – Modelo de Proposta Comercial, ser redigida em língua portuguesa em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, com a indicação do nome ou razão social da proponente, nº do CNPJ, endereço completo telefone, e-mail, bem como o nome e nº do RG de seu representante legal; conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante detentor da melhor proposta, para fins de pagamento.

**6.22** - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.22.1** - O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**6.23** - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

**6.23.1** - Contenha vício insanável ou ilegalidade;

**6.23.2** - Não obedeça às especificações contidas em edital;

**6.23.3** - Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.23.4** - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 13**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**6.23.5** – que omitir o manual de instrução ou catálogo ou folder do veículo ofertado ou que apresentem descrições incompatíveis com os Anexos I e II, deste Edital.

**6.23.6** - Apresentar preço final superior ao orçamento estimado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.23.6.1** - Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.23.6.2** - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21.

**6.24** - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.25** - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

## **7 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

**7.1** – Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1** - SICAF;

**7.1.2** - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

**7.1.3** - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

**7.1.4** - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**7.1.5** - Relação de empresas apenadas pelo Governo do Estado de São Paulo;

**7.1.6** - Relação de empresas apenadas pela Câmara de Monte Alto.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 14**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**7.1.7** - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**7.1.8** - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.2** - O julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

**a)** A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica exigidos na Cláusula Quinta, deste Edital;

**a.1)** O Pregoeiro poderá valer-se dos documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas;

**a.2)** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável em caso de solicitação tempestiva e justificada, contado da solicitação do Pregoeiro;

**b)** Caso os dados e informações constantes nos documentos de habilitação ou no cadastramento no SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 5 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

**c)** A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida decisão sobre a habilitação. As declarações solicitadas no item 5.5 e as comprovações de qualificação técnica, caso exigida no item 5.1.2, serão obrigatoriamente apresentadas por correio eletrônico, sem prejuízo do disposto no item 7.1, “a”, “b” e “c” deste Edital.

**d)** A Câmara Municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 7.2, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 15**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



e) A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Câmara Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

**f.1)** A prerrogativa tratada na alínea “f” abrange apenas a regularidade fiscal, social e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 7.2.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

h) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

**7.3 -** A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do item 7.2 deverá comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Câmara Municipal.

**7.4 -** Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do item 7.2, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 7.3 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

**7.5 -** Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 7.3, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

**7.6 -** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 7.3, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 16**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.7 - Serão convocados os demais licitantes classificados para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação, quando a adjudicatária deixar de apresentar no prazo estabelecido os documentos de habilitação, nos termos do subitem 7.3, do Edital.

7.8 – A Câmara Municipal poderá exigir o reconhecimento de firma em documento que restar dúvida de autenticidade.

## **8 - DA CONTRATAÇÃO E DA GARANTIA**

8.1 - Contado a partir da data da notificação publicada em resumo no Diário Oficial do Município, o fornecedor dos bens nela incluídos, terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para assinar o contrato administrativo.

8.1.1 - O prazo fixado no item anterior admite prorrogação apenas uma única vez, desde que por igual período e que o convocado apresente convincente justificativa até o último dia do primeiro período de tempo.

8.1.2 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato administrativo no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, nos termos do § 5º, do artigo 90, da Lei federal nº 14.133/21.

8.2 - Não será exigida a prestação de garantia contratual, conforme faculdade esculpida no artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.3 - Se, por ocasião da formalização da ata, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, a Seção de Licitações do órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.4 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata este item, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

## **9 - DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

9.1 - O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento do “Pedido de Compra”, no endereço Avenida Quinze

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 17**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



de Maio, nº. 650, Centro, Monte Alto/SP, CEP 15.910-049, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, ocorrendo por conta da contratada todas as despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes.

**9.2** - Constatada qualquer irregularidade na entrega do veículo, a empresa contratada, obrigará-se a trocá-los imediatamente, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou extinção do contrato administrativo nos termos legais.

**9.3** - Só serão emitidos atestados de recebimento se o veículo entregue estiver plenamente de acordo com as especificações constantes deste edital e seus anexos.

## **10 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**10.1** - Na impossibilidade de se examinar detalhadamente o veículo no momento da entrega, este será recebido provisoriamente em até 5 (cinco) dias úteis da data do feito.

**10.2** - O recebimento definitivo do objeto dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, desde que o responsável pela tarefa conclua pela conformidade e aceitação das especificações e quantidades contratadas, mediante recibo passado no verso do documento fiscal correspondente.

**10.2.1** - Na hipótese de confirmação de defeitos ou divergências quanto às características do veículo contratado, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias corridos para a sua substituição, vedada a aplicação de qualquer penalidade durante esse período.

**10.2.2** - Caso seja constatada diferença a menor de quantidades, o prazo máximo para a complementação será de 5 (cinco) dias, com início a partir da notificação.

## **11 - DA FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1** - O pagamento pelo fornecimento do objeto desta licitação será efetuado em 30 (trinta) dias, contados a partir da efetiva entrega do veículo, atestada pelo recibo de que trata o **item 10.2** anterior.

**11.2** - O pagamento será processado através de ordem ou depósito bancário em conta corrente indicada pela empresa contratada.

**11.3** - Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à liquidação da despesa contenham incorreções.

**11.4** - A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente normal na sede administrativa da Câmara Municipal de Monte Alto.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 18**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**11.5** - O pagamento efetuado em desacordo com o estabelecido no antecedente item 11.1, será compensado por juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró rata tempore” em relação ao atraso verificado.

**11.6** - Nos termos do Decreto Municipal nº 4.655, publicado no Diário Oficial do Município no dia 4 de agosto de 2023, que regulamenta a IN RFB 1234/2012, a Câmara Municipal de Monte Alto efetuará as **RETENÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO DE RENDA** incidente sobre o fornecimento de bens e prestações de serviços, conforme alíquotas dispostas na tabela anexa ao referido decreto.

## **12 - DAS SANÇÕES**

**12.1** - Ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Monte Alto, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 3 (três) anos, ou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2023.

**12.2** - A sanção de que trata o item anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas moratórias previstas no Decreto nº 4.645, de 27 de julho de 2023, integrante deste Edital, garantido o exercício da prévia e ampla defesa.

## **13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**13.1** - Com até 3 (três) dias úteis anteriores da data fixada para a abertura do certame, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

**13.2** - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema ou através do correio eletrônico **licitacao2@montealto.sp.leg.br**. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.2.1** - As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro ou Unidade Requisitante no prazo de até 3 (três) dias úteis limitado ao dia útil anterior à data fixada para a abertura do certame.

**13.2.2** - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

**13.3** - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

**13.4** - Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 19**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

**13.5** - Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 3 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

**13.6** - Os recursos e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), opção “RECURSO”. A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 13.5.

**13.7** - A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 13.6 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro declarar o vencedor do certame na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente os atos de adjudicação e homologação do procedimento licitatório.

**13.8** - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1** - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.2** - Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Portal de Compras do Governo Federal.

**14.3** - Das sessões públicas de processamento do pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro.

**14.4** - O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

**14.4.1** - Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

**14.4.2** - Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

**14.5** - Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Câmara Municipal, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 20**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**14.6** - A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo Pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

**14.7** - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**14.7.1** - As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico.

**14.7.2** - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.8** - Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou pelo Pregoeiro, via chat.

**14.9** - O resultado deste pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Diário Oficial do Município e nos sítios eletrônicos: [www.camaramontealto.sp.gov.br](http://www.camaramontealto.sp.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**14.10** - Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

**14.11** - Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Monte Alto.

Monte Alto, 27 de abril de 2026.

Prof. Dr. Baltazar Garcia  
Presidente da Câmara

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 21**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# Câmara Municipal de Monte Alto

Estado de São Paulo



## ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2026

Apresentamos nossa proposta para o fornecimento do veículo a seguir relacionado, de conformidade com as regras editalícias estabelecidas no edital pertinente:

Item	Descrição do objeto (*)	Quantidade	Marca Modelo Ofertado	Valor Unitário Ofertado R\$	Valor Subtotal R\$
1	<p>O item objeto desta aquisição deverá observar rigorosamente as especificações constantes abaixo:</p> <p>01 (um) - Veículo 0 KM (zero quilômetro) com as seguintes especificações: Ano e modelo 2026 ou superior; Cor: preta; Tipo SUV - 05 (cinco) portas; Motorização: Flex com potência de 171CV ou superior; Câmbio automático de, no mínimo, 6 (seis) velocidades ou CVT (Transmissão Continuamente Variável); Direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; Central Multimídia touchscreen de, no mínimo, 8 polegadas, com espelhamento sem fio Apple Car Play e Android Auto; Ar-Condicionado com dutos (saídas de ar) para os passageiros traseiros; Vidros Elétricos; Travas Elétricas; Com, no mínimo, 06 (seis) airbags; Alarme com controle remoto; Bancos com revestimento em couro; Distância mínima entre eixos: 2.600mm; Porta malas com capacidade de, no mínimo, 350 (trezentos e cinquenta) litros; Película protetora (insulfilm) no limite máximo permitido pela legislação vigente; Jogo de tapetes; Garantia de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000 (cem mil) quilômetros; Todos os itens citados devem ser originais de fábrica, exceto bancos de couro, película protetora e jogo de tapetes.</p>	1			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					

(\*) Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item Compras.Gov mais semelhante ao descrito neste anexo. Havendo divergência entre

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 22



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# Câmara Municipal de Monte Alto

Estado de São Paulo



a descrição do objeto existente neste anexo e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov deve prevalecer o estabelecido no Edital e nos Anexos I e II.

**I** - O prazo de validade de nossa proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da sessão pública do pregão eletrônico.

**II** - Declaramos que o **VALOR TOTAL DA PROPOSTA** é **irreajustável**, e nele estão incluídos: os tributos, fretes, alimentação, estadia, encargos sociais; as despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza; e todos os componentes de custo dos bens necessários à perfeita satisfação do objeto desta licitação.

**III** - Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**IV** - Declaramos, ainda, conhecer integralmente os termos do **Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2026** e seus anexos, aos quais nos sujeitamos.

**RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:**

**ENDEREÇO:**

**CEP:**

**FONE:**

**FAX:**

**E-MAIL:**

**CNPJ:**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.  
(CIDADE)

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

**NOME COMPLETO:**

**CARGO:**

**PESSOA CREDENCIADA OU AUTORIZADA PARA ASSINAR O FUTURO CONTRATO**

**NOME COMPLETO:**

**CARGO:**

**CPF:**

**RG:**

**Nota: O proponente deverá rubricar a 1ª via desta planilha/proposta.**

**MODELO - A PROPOSTA DEVE SER EMITIDA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 23**



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto





# Câmara Municipal de Monte Alto

Estado de São Paulo



## ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 90002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 13/2026**

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Aquisição de 1 (um) veículo automotor novo, 0 (zero) KM, com capacidade para 5 (cinco) passageiros, tipo SUV, automático, cor preta, 5 (cinco) portas para a Câmara Municipal de Monte Alto, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	01 (um) - Veículo 0 KM (zero quilômetro) com as seguintes especificações: Ano e modelo 2026 ou superior; Cor: preta; Tipo SUV - 05 (cinco) portas; Motorização: Flex com potência de 171CV ou superior; Câmbio automático de, no mínimo, 6 (seis) velocidades ou CVT (Transmissão Continuamente Variável); Direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; Central Multimídia touchscreen de, no mínimo, 8 polegadas, com espelhamento sem fio Apple Car Play e Android Auto; Ar-Condicionado com dutos (saídas de ar) para os passageiros traseiros; Vidros Elétricos; Travas Elétricas; Com, no mínimo, 06 (seis) airbags; Alarme com controle remoto; Bancos com revestimento em couro; Distância mínima entre eixos: 2.600mm; Porta malas com capacidade de, no mínimo, 350 (trezentos e cinquenta) litros; Película protetora (insulfilm) no limite máximo permitido pela legislação vigente; Jogo de tapetes; Garantia de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000 (cem mil) quilômetros; Todos os itens citados devem ser originais de fábrica, exceto bancos de couro, película protetora e jogo de tapetes.	UN	1

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 24**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA

camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**1.2.** Requisitos gerais: deverá ser entregue emplacado e licenciado em nome da Câmara Municipal de Monte Alto. Todos os equipamentos e acessórios devem ser originais de fábrica, atendendo às especificações mínimas estabelecidas. O veículo deve estar em conformidade com os normativos legais vigentes, incluindo os estabelecidos pelo CONTRAN e ser entregue com os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação. O modelo deve estar de acordo com o catálogo praticado pela montadora para o público em geral. Não é permitida a retirada ou redução de itens do catálogo original, mas é permitida a inclusão de itens não presentes no catálogo, desde que sejam originais de fábrica.

**1.3.** O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, com características e especificações usuais de mercado.

**1.4.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Resolução nº 0016, de 05 de dezembro de 2023, da Câmara Municipal de Monte Alto.

**1.5.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.6.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A necessidade de aquisição de um novo veículo pela Câmara Municipal de Monte Alto justifica-se pelo desgaste natural do Toyota Corolla 2011, que, com 15 anos de uso e mais de 311 mil quilômetros rodados, pode apresentar altos custos de manutenção e falta de confiabilidade para viagens longas. O objetivo da contratação é substituir esse item da frota para garantir a segurança dos deslocamentos e a eficiência das atividades legislativas, buscando reduzir despesas operacionais e assegurar o cumprimento das funções institucionais sob o princípio da economicidade.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir: I) ID PCA no PNCP: 49227788000162-0-000001/2026; II) Data de publicação no PNCP: 22/12/2025; III) Id do item no PCA: 352.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A solução proposta para atender à necessidade da Câmara Municipal consiste na aquisição de um veículo automotor novo, pois possui menor necessidade de manutenção, maior durabilidade e confiabilidade. Além disso, a solução contempla as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica estipuladas por lei, assegurando um funcionamento adequado e em conformidade com as normativas vigentes.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 25**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Subcontratação**

**4.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, sem a aprovação prévia do CONTRATANTE.

##### **Garantia da contratação**

**4.2.** Não haverá exigência da garantia da contratação, conforme faculdade esculpida nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **Condições de Entrega**

**5.1.** O prazo de entrega do veículo é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do recebimento do pedido de compra.

**5.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.3.** O bem deverá ser entregue licenciado e pronto para uso, com imposto/ licenciamento, seguro obrigatório/ DPVAT e emplacamento em nome da Câmara Municipal.

**5.4.** Local de entrega: Avenida Quinze de Maio, Nº 650, Centro, Monte Alto/SP, CEP 15.910-049, em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

**5.5.** No ato da entrega do veículo será obrigatória a apresentação de catálogo técnico do produto ofertado, contendo as características do veículo, prazo de garantia, quilometragem para as devidas revisões, bem como relação de todas as cidades do estado de São Paulo, atendidas por concessionárias, oficinas técnicas autorizadas, ou, ainda, unidades móveis.

##### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

**5.6.** O prazo de garantia contratual do veículo, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses ou 100.000 (cem mil) quilômetros, contado a partir da entrega do veículo.

**5.7.** Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 26**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

**6.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº 15, de 2023, da Câmara Municipal de Monte Alto.

### **Fiscalização Técnica (Art. 26 da Resolução Nº 15/2023 – Câmara Municipal de Monte Alto)**

**6.6.** Caberá ao Fiscal técnico do contrato:

**6.6.1.** Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, inclusive na elaboração de relatórios;

**6.6.2.** Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**6.6.3.** Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

**6.6.4.** Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**6.6.5.** Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

**6.6.6.** Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

**6.6.7.** Comunicar ao gestor do contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, com antecedência mínima de 6 (seis) meses, salvo justificativa da impossibilidade;

**6.6.8.** Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

**6.6.9.** Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do **caput** do art. 25 da Resolução nº 15, de 2023, da Câmara Municipal de Monte Alto; e

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 27**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**6.6.10.** Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 28 da Resolução nº 15, de 2023, da Câmara Municipal de Monte Alto, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

### **Fiscalização Administrativa (Art. 27 da Resolução Nº 15/2023 – Câmara Municipal de Monte Alto)**

**6.7.** Caberá ao fiscal administrativo do contrato:

**6.7.1.** Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, inclusive na elaboração de relatórios, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

**6.7.2.** Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

**6.7.3.** Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, tomar as medidas cabíveis;

**6.7.4.** Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**6.7.5.** Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;

**6.7.6.** Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

**6.7.7.** Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**6.8.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato (Art. 25 da Resolução Nº 15/2023 – Câmara Municipal de Monte Alto)**

**6.9.** Cabe ao gestor do contrato:

**6.9.1.** Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa.

**6.9.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.9.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.9.4.** Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 28**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto





- 6.9.5.** Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do art. 22 da Resolução nº 15, de 2023, da Câmara Municipal de Monte Alto;
- 6.9.6.** Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 6.9.7.** Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- 6.9.8.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme disposto em regulamento;
- 6.9.9.** Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 28 da Resolução nº 15, de 2023, da Câmara Municipal de Monte Alto, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- 6.9.10.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso; e
- 6.9.11.** Divulgar no PNCP os contratos e seus aditamentos observando os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

- 7.1** O veículo será recebido provisoriamente pelo Fiscal Técnico, mediante termo de recebimento provisório que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico descritas no item 1.1. do Termo de Referência, para efeito de posterior verificação de conformidade e recebimento definitivo pelo Gestor do Contrato.
- 7.2.** Na impossibilidade de se examinar detalhadamente o veículo no momento da entrega, este será recebido provisoriamente em até 5 (cinco) dias úteis da data do feito.
- 7.3.** O recebimento definitivo do objeto dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo de recebimento definitivo.
- 7.4.** Na hipótese de confirmação de defeitos ou divergências quanto às características do veículo contratado, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias corridos para a sua substituição, vedada a aplicação de qualquer penalidade durante esse período.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 29**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





## **Liquidação**

**7.5.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

**7.6.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

**7.7.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.8.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.9.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

**7.10.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

## **Prazo de pagamento**

**7.11.** O pagamento pelo fornecimento do objeto desta licitação será efetuado em 30 (trinta) dias, contados a partir da efetiva entrega do veículo, atestada pelo recebimento definitivo do objeto que dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, desde que o responsável pela tarefa conclua pela conformidade e aceitação das especificações e quantidades contratadas.

## **Forma de pagamento**

**7.12.** O pagamento será processado através de ordem ou depósito bancário em conta corrente indicada pela empresa contratada.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 30**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





**7.13.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.14.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, no modo ABERTO E FECHADO.

### **Exigências de habilitação**

**8.2.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a)** Demonstração da capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, por meio da comprovação de sua existência jurídica, através dos seguintes documentos, conforme o caso;
- b)** Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
- c)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sociedades mercantis e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.

#### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:**

- a)** Prova que possui conhecimento técnico e experiência prática no fornecimento de veículos automotivos, por meio da apresentação de certidão ou atestado expedido necessariamente em nome do licitante;
  - a.1)** - Só serão considerados válidos os atestados em papel timbrado, com identificação do nome e endereço do emissor. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física, devidamente identificada com o nome, cargo exercido, números de telefone e/ou de correio eletrônico para contato, estando as informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro.
  - a.2)** O documento de comprovação da capacidade técnica poderá ser objeto de diligência, a critério do Pregoeiro, para efeito de complementação das informações ou para atestar sua fidedignidade.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 31**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA

camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br

Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**a.3)** Não será admitido atestado emitido pelo próprio sócio da empresa licitante ou por pessoa com vínculo de parentesco direto ou por empresas coligadas.

### REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c)** Prova de regularidade para com as fazendas: Federal (incluindo as contribuições sociais), Estadual (inscritos em dívida ativa) e municipal (mobiliário), ou outras equivalentes, na forma da lei;
- d)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;
- e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- f)** Para efeito de prova de regularidade fiscal, social e trabalhista serão admitidas certidões positiva de débitos, com efeito de negativas.

### QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

- a)** certidão negativa de falência expedida nos últimos 60 (sessenta) dias, anteriores à data da realização da sessão pública eletrônica da concorrência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b)** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- c)** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- d)** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Câmara Municipal aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- e)** Declarações subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado atestando que:
  - Nos termos do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 32



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



- Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à Câmara de Monte Alto, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas através do sítio oficial da Câmara e no Diário Oficial do Município de Monte Alto;
- Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra;
- Que o veículo ofertado está de acordo com as especificações mínimas descritas nos Anexos I e II, que examinou criteriosamente o objeto licitado em todos os seus detalhamentos, que tem pleno conhecimento das especificações do veículo ofertado e está ciente da obrigação de entregar o veículo nas especificações descritas no Anexo II, ciente que caso o veículo no momento da entrega não atender as exigências editalícias estará sujeito à aplicação de penalidades e sanções previstas no Edital;
- Que se responsabiliza pelo transporte e pela manutenção da qualidade física do veículo até a sua entrega;
- Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item Compras.Gov mais semelhantes ao descrito no Anexo I e Anexo II. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos;
- De que conhece a obrigação de assinar o Contrato Administrativo, no caso de ser adjudicatária do objeto da licitação, no prazo definido no Edital e que tem pleno conhecimento das sanções previstas no inciso VI, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2023, em caso de descumprimento da formalização do documento;
- De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**f)** Para a comprovação de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, as licitantes deverão apresentar:

- Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- Quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;
- Quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 33**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto





## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

SIGILOSO.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1.** São obrigações da contratante:

**10.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na solicitação da compra;

**10.1.2.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**10.1.3.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes da proposta aceita e, ainda:

**11.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

**11.1.2.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**11.1.3.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária para o ano de 2026.

**12.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha 11

01- Poder Legislativo

01.01- Câmara Municipal

01.031.2001.2001- Custeio dos serviços administrativos

4.4.90.52.00- Equipamento e material permanente

4.4.90.52.52- Veículos de tração mecânica.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 34**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA







# Câmara Municipal de Monte Alto

Estado de São Paulo



## ANEXO III – MINUTA CONTRATUAL

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026

#### TERMO DE CONTRATO PARA O FORNECIMENTO DE \_\_\_\_\_

A Câmara Municipal de Monte Alto, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo seu Presidente, **BALTAZAR GARCIA**, portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG \_\_\_\_\_, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, e a empresa “\_\_\_\_\_”, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada à Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador do CPF \_\_\_\_\_ e RG \_\_\_\_\_, daqui por diante, denominada simplesmente, **CONTRATADA**, tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1 - A CONTRATADA** em decorrência da adjudicação que lhe foi feita no Processo nº \_\_\_\_/2026, compromete-se a fornecer, integralmente, o veículo com as seguintes especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QTD.	MARCA	R\$ UNITÁRIO	R\$ SUBTOTAL

**1.2 - Consideram-se partes integrantes** do presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos: Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 e seus Anexos; Proposta de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026, apresentada pela **CONTRATADA**; e Ata da sessão do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO E DA GARANTIA

**2.1 - O veículo** deverá ser entregue, na \_\_\_\_\_, na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, contados a partir da homologação do certame, correndo por conta da contratada todas as despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

**2.2 - Os responsáveis da CONTRATANTE** promoverão a verificação da conformidade do objeto, expedindo no ato, o competente Termo de Recebimento, caso não seja

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 35**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA

camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



apurado defeito ou incompatibilidade com as características mínimas do Anexo I e Anexo II, do edital precedente.

**2.2.1** - No ato da entrega do veículo, a **CONTRATADA** deverá entregar a respectiva Nota Fiscal Fatura, bem como o Certificado de Garantia e outros documentos pertinentes, como manuais e relação de assistência técnica.

**2.3** - Só serão emitidos atestados de recebimento se o veículo entregue estiver plenamente de acordo com as especificações constantes deste contrato.

**2.4** - As obrigações do presente ajuste não poderão ser subcontratadas ou transferidas a terceiros, sem a aprovação prévia da **CONTRATANTE**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS**

**3.1** - Pela integral execução do presente ajuste, a **CONTRATADA** receberá o valor total de R\$- \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), sem qualquer reajuste ou correção monetária.

**3.2** - No valor total deste ajuste está incluído, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto do presente contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

**4.1** - O pagamento pelo fornecimento do objeto deste contrato será efetuado em única parcela, no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias corridos, contados a partir da efetiva entrega do veículo, atestada pelo recibo de que trata o item \_\_\_\_ anterior, condicionado à aprovação do Presidente da Câmara Municipal.

**4.2** - O pagamento será processado através de ordem ou depósito bancário em conta corrente indicada pela empresa contratada.

**4.3** - O pagamento efetuado em desacordo com o estabelecido no antecedente item \_\_\_\_, será compensado por juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró rata tempore” em relação ao atraso verificado.

**4.4** - A liberação do pagamento estará condicionada, sempre, à aprovação do Presidente da Câmara Municipal e ao atendimento rigoroso do disposto na retro cláusula \_\_\_\_ anterior.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

**5.1** - A vigência do presente termo inicia-se na data de sua assinatura e extingue-se no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 36**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**5.2** - Durante a vigência do presente termo, a **CONTRATADA** obriga-se a manter compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.3** - Somente com expressa concordância da **CONTRATANTE**, os prazos deverão ser alterados, desde que haja plena justificativa por escrito da **CONTRATADA**, o que deverá ser reduzido a Termo de Aditamento ao presente contrato.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

**6.1** - Fica dispensada a prestação de garantia contratual, nos termos do artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO CRÉDITO**

**7.1** - As despesas com a execução das obrigações derivadas deste contrato serão suportadas com dotação própria, consignada no orçamento-programa vigente, com a seguinte classificação orçamentária:

---

### **CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO**

**8.1** - A extinção do contrato poderá ocorrer:

**8.1.1** - Unilateralmente, por ato escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a IX, do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133/21.

**8.1.2** - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da **CONTRATANTE**.

**8.1.3** - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**8.2** - Incorrendo culpa da **CONTRATADA**, em caso de extinção, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados.

### **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

**9.1** - Pelo atraso injustificado na execução na entrega dos produtos, o **CONTRATADO** sujeitar-se-á as penalidades previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

**9.2** - Pela inexecução parcial e/ou total do contrato a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, as sanções previstas no artigo 156,

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 37**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



da Lei Federal nº 14.133/21 e aplicação das sanções de que trata o Decreto nº. 4.645, de 27 de julho de 2023.

**9.3-** As multas previstas nesta cláusula, não tem caráter compensatório, porém moratório, e consequentemente, o pagamento delas não exime a **CONTRATADA** dos eventuais prejuízos causados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**10.1** - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o que preceitua o artigo 125, **caput**, da Lei Federal nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

**11.1** - O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº \_\_\_\_/2026, seus anexos e à proposta da **CONTRATADA**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**12.1** - As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

**13.1** - As partes elegem o Foro da Comarca de Monte Alto, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Monte Alto, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ 2026.

CONTRATANTE

P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 38**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# Câmara Municipal de Monte Alto

Estado de São Paulo



## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 39**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA







*Câmara Municipal de Monte Alto*  
*Estado de São Paulo*



TERRA DOS DINOSSAUROS

**RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 40**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA

camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto





# Câmara Municipal de Monte Alto

Estado de São Paulo



TERRA DOS DINOSSAUROS

## **DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 41**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



### **ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES**

**Pregão Eletrônico nº 90002/2026**  
**Processo Administrativo nº 13/2026**

Eu \_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), participante do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, da Câmara Municipal de Monte Alto, DECLARO, sob as penas da lei:

- a) Nos termos do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- b) Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à Câmara Municipal de Monte Alto, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas através do sítio oficial da Câmara Municipal e no Diário Oficial do Município de Monte Alto;
- c) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra;
- d) que o veículo ofertado está de acordo com as especificações mínimas descritas nos Anexos I e II, que examinou criteriosamente o objeto licitado em todos os seus detalhamentos, que tem pleno conhecimento das especificações do veículo ofertado e está ciente da obrigação de entregar o veículo nas especificações descritas no Anexo II, ciente que caso o veículo no momento da entrega não atender as exigências editalícias estará sujeito à aplicação de penalidades e sanções previstas no Edital;
- e) que se responsabiliza pelo transporte e pela manutenção da qualidade física do veículo, até a sua entrega;
- f) Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item Compras.Gov mais semelhantes ao descrito no Anexo I e Anexo II. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos;
- g) De que conhece a obrigação de assinar o Contrato Administrativo, no caso de ser adjudicatária do objeto da licitação, no prazo definido no Edital e que tem pleno conhecimento das sanções previstas no inciso VI, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2023, em caso de descumprimento da formalização do documento.
- h) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

\_\_\_\_\_, ..... de ..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal  
RG nº.....

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 42**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



*Câmara Municipal de Monte Alto*  
*Estado de São Paulo*



**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_  
CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem através de seu representante legal infra-assinado, com fundamento no artigo 3º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro 2006, estando apta, portanto, a participar do procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, da Câmara Municipal de Monte Alto,

DECLARA ser.

☐ **Microempresa** nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

☐ **Empresa de pequeno porte** nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

Declara que não celebrou no presente ano-calendário contratos com a Administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.  
(localidade)

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 43**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



### **ANEXO VI - Decreto nº. 4.645, de 27 de julho de 2023.**

**Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que “dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Monte Alto”.**

**MARIA HELENA AGUIAR RETTONDINI**, Prefeita Municipal de Monte Alto, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere os incisos XI, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município,

### **DECRETA:**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Este decreto regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Município de Monte Alto /SP.

**Art. 2º** O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos da administração pública direta ou indireta do Poder Executivo do Município de Monte Alto /SP.

**Parágrafo único.** O Poder Legislativo poderá aderir às normas regulamentares da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, contidas neste decreto municipal.

**Art.3º** Na aplicação deste Decreto serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**

**Art. 4º** Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 44**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA







# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**I** - conduzir a sessão pública;

**II** - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

**III** - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

**IV** - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

**V** - verificar e julgar as condições de habilitação;

**VI** - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

**VII** - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

**VIII** - indicar o vencedor do certame;

**IX** - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

**X** - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º O Pregoeiro conduzirá o Diálogo Competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

§ 2º Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

§ 3º O Agente de Contratação, assim como os membros do Pregoeiro, poderão ser servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes do Município.

§ 4º O Agente de Contratação e o Pregoeiro contarão, sempre que considerarem necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.

§ 5º O Agente de Contratação e o Pregoeiro contarão com auxílio permanente de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão da Prefeitura.

§ 6º Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 45**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**Art. 5º** Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

**I** - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

**II** - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e

**III** – previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**Art. 6º** O Município poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

**Parágrafo único.** Na elaboração do Plano de Contratações Anual do Município, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Art. 7º** Em âmbito municipal, a obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, ressalvado o disposto no art. 8º deste decreto.

**Art. 8º** Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:

**I** - contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

**II** - dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 46**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**III** - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**IV** - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

### **CAPÍTULO V**

#### **DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS**

**Art. 9º** O Município elaborará catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos.

**Parágrafo único.** Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o **caput**, será adotado, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os Catálogos CATMAT e CATSER, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.

**Art. 10.** Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Município deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir às finalidades as quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

§ 1º Na especificação de itens de consumo, a Administração buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

§ 2º Considera-se bem de consumo de luxo o que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração municipal.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DA PESQUISA DE PREÇOS**

**Art. 11.** No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber.

**Art. 12.** Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 47**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



§ 1º Resultando dos preços obtidos a partir dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Administração, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo ainda ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 3º A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.

**Art. 13.** Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento e Gestão.

**Art. 14.** Na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem realizadas em âmbito municipal, quando se tratar de recursos próprios, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e na Portaria Interministerial nº 13.395, de 5 de junho de 2020.

## CAPÍTULO VII DO LEILÃO

**Art. 15.** Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

**I** – realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nos seus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação.

**II** – designação de um Agente de Contratação para atuar como leiloeiro, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio conforme disposto no § 5º do art. 4º deste regulamento, ou, alternativamente, contratação de um leiloeiro oficial para conduzir o certame.

**III** – elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visita, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 48**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**IV** – realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.

§ 1º O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes.

§ 2º A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **DO CICLO DE VIDA DO OBJETO LICITADO**

**Art. 16.** Desde que objetivamente mensuráveis, os fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto licitado poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio para a Administração Pública Municipal.

§ 1º A modelagem de contratação mais vantajosa para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto, deve ser considerada ainda na fase de planejamento da contratação, a partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

§ 2º Na estimativa de despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, poderão ser utilizados parâmetros diversos, tais como históricos de contratos anteriores, séries estatísticas disponíveis, informações constantes de publicações especializadas, métodos de cálculos usualmente aceitos ou eventualmente previstos em legislação, trabalhos técnicos e acadêmicos, dentre outros.

### **CAPÍTULO IX**

#### **DO JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO**

**Art. 17.** Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica.

**Parágrafo único.** Em âmbito municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.

### **CAPÍTULO X**

#### **DA CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE USO DISSEMINADO**

**Art. 18.** O processo de gestão estratégica das contratações de software de uso disseminado no Município deve ter em conta aspectos como adaptabilidade, reputação, suporte, confiança, a usabilidade e considerar ainda a relação custo-benefício, devendo a contratação de

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 49**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



licenças ser alinhada às reais necessidades do Município com vistas a evitar gastos com produtos não utilizados.

### CAPÍTULO XI

#### DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS MAIS VANTAJOSOS

**Art. 19.** Na negociação de preços mais vantajosos para a administração, o Agente de Contratação ou o Pregoeiro poderá oferecer contraproposta.

### CAPÍTULO XII

#### DA HABILITAÇÃO

**Art. 20.** Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**Parágrafo único.** Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

**Art. 21.** Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou o Pregoeiro realize diligência para confirmar tais informações.

**Art. 22.** Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

### CAPÍTULO XIII

#### DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 50**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**Art. 23.** Em âmbito municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, sendo vedada a adoção do sistema de registro de preços para contratação de obras de engenharia, bem como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

**Art. 24.** As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.

§ 1º Em âmbito municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

§ 2º O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da ata de registro de preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza do licitante na elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação.

**Art. 25.** Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação deverá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de intenção de registro de preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

§ 1º O procedimento previsto no **caput** poderá ser dispensado mediante justificativa.

§ 2º Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.

§ 3º Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

**Art. 26.** A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**Art. 27.** A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Art. 28.** O registro do fornecedor será cancelado quando:

**I** - descumprir as condições da ata de registro de preços;

**II** - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**III** - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 51**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**IV** - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Parágrafo único.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado.

**Art. 29.** O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**I** - por razão de interesse público; ou

**II** - a pedido do fornecedor.

### CAPÍTULO XIV DO CREDENCIAMENTO

**Art. 30.** O credenciamento poderá ser utilizado quando a administração pretender formar uma rede de prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

§ 1º O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

§ 2º A administração fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§ 3º A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§ 4º Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 5º O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§ 6º O prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

### CAPÍTULO XV DO REGISTRO CADASTRAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 52**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**Art. 31.** Enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previsto no art. 87 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o sistema de registro cadastral de fornecedores do Município será regido, no que couber, pelo disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 (Sicaf – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

**Parágrafo único.** Em nenhuma hipótese as licitações realizadas pelo Município serão restritas a fornecedores previamente cadastrados na forma do disposto no **caput** deste artigo, exceto se o cadastramento for condição indispensável para autenticação na plataforma utilizada para realização do certame ou procedimento de contratação direta.

### CAPÍTULO XVI

#### DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

**Art. 32.** Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

**Parágrafo único.** Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

### CAPÍTULO XVII

#### DA SUBCONTRATAÇÃO

**Art. 33.** A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§ 1º É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

§ 2º É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 53**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



§ 3º No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

### CAPÍTULO XVIII DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

**Art. 34.** O objeto do contrato será recebido:

**I** - em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
- b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

**II** - em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

**Parágrafo único.** O edital ou o instrumento de contratação direta, ou alternativamente o contrato ou instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis à Administração.

### CAPÍTULO XIX DAS SANÇÕES

**Art. 35.** Observados o contraditório e a ampla defesa, a inexecução total ou parcial do contrato celebrado ou compromisso assumido, autoriza a aplicação de multa:

- I** - de 20 a 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total ou parte da obrigação não cumprida;
- II** - no valor igual à diferença de preço resultante da nova contratação realizada para complementação do interrompido;

**Parágrafo único.** As penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo são alternativas, prevalecendo a de maior valor.

### CAPÍTULO XX

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 54**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA







# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 36.** Em âmbito municipal, a convocação dos interessados em participar do certame licitatório será efetuada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na página eletrônica mantida no site oficial do Município de Monte Alto /SP, assim como em aviso resumido no Diário Oficial do Município e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

**Parágrafo único.** Até a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas, a publicidade dos procedimentos fundados nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº10.520, de 17 de julho de 2002 e nº 14.133, de 1º de abril de 2021 far-se-á no Diário Oficial do Município, no Portal da Transparência e nos demais meios de divulgação aplicáveis no caso concreto.

**Art. 37.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Monte Alto**, 27 de julho de 2023.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 55**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



### **ANEXO VII – Resolução nº 0015/2023**

**Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da Câmara Municipal de Monte Alto.**

A Mesa da Câmara Municipal de Monte Alto, Estado de São Paulo, em Sessão Ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2023 aprovou e promulga a seguinte

#### **Resolução:**

#### **Objeto e âmbito de aplicação**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES** **CAPÍTULO I**

**Art. 1º** Esta Resolução regulamenta o disposto no [§ 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da Câmara Municipal de Monte Alto.

#### **CAPÍTULO II** **DA DESIGNAÇÃO**

#### **Agente de contratação**

**Art. 2º** O agente de contratação e o respectivo substituto serão designados pela Mesa Diretora da Câmara, dentre os servidores efetivos, em caráter permanente ou especial.

**§ 1º** Sempre que possível o agente de contratação exercerá sua função com dedicação exclusiva.

**§ 2º** Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, três membros, designados nos termos do disposto no art. 4º e no art. 9º desta Resolução, conforme estabelecido no [§ 2º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**§ 3º** A autoridade competente poderá designar, em ato motivado, mais de um agente de

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 56**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



contratação e deverá dispor sobre a forma de coordenação e de distribuição dos trabalhos entre eles.

### **Equipe de apoio**

**Art. 3º** A equipe de apoio e os seus respectivos substitutos serão designados pela Mesa Diretora da Câmara em caráter permanente ou especial, para auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação na licitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 9º.

**Parágrafo único.** A equipe de apoio poderá ser composta por terceiros contratados, observado o disposto no art. 13.

### **Comissão de contratação**

**Art. 4º** Os membros da comissão de contratação e os respectivos substitutos serão designados pela Mesa Diretora da Câmara, dentre os servidores efetivos, em caráter permanente ou especial, observados os requisitos estabelecidos no art. 9º.

**§ 1º** A comissão de que trata o **caput** terá a função de receber, de examinar e de julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares.

**§ 2º** A comissão de que trata o **caput** será formada por, no mínimo, três membros, e será presidida por um deles.

**Art. 5º** A comissão de contratação atuará na licitação na modalidade diálogo competitivo, sendo admitida a contratação de profissionais para o assessoramento técnico.

**Art. 6º** Nas contratações que envolvam bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

**§ 1º** A empresa ou o profissional especializado contratado na forma prevista no **caput** assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva dos membros da comissão de contratação.

**§ 2º** A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade os membros da comissão de contratação, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

### **Gestores e fiscais de contratos**

**Art. 7º** Os gestores e os fiscais de contratos, bem como os respectivos substitutos, serão

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 57**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



designados pela Mesa Diretora da Câmara para exercer as funções estabelecidas no art. 25 ao art. 27, observados os requisitos estabelecidos no art. 9º.

§ 1º O gestor de contratos será designado dentre os servidores efetivos e em caráter permanente ou especial.

§ 2º Os fiscais de contratos serão designados em caráter especial dentre os servidores efetivos que preferencialmente integrem o Setor demandante do objeto ou que a respeito dele detenha conhecimento técnico.

§ 3º Para o exercício da função, o gestor e os fiscais de contratos deverão ser formalmente cientificados da indicação e das respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.

§ 4º Na designação de que trata o **caput**, serão considerados, no que couber:

I - a compatibilidade com as atribuições do cargo;

II - a complexidade da fiscalização;

III - o quantitativo de contratos por agente público; e

IV - a capacidade para o desempenho das atividades.

§ 5º A eventual necessidade de desenvolvimento de competências de agentes públicos para fins de fiscalização e de gestão contratual deverá ser demonstrada no estudo técnico preliminar e deverá ser sanada, conforme o caso, previamente à celebração do contrato, conforme o disposto no [inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 6º Excepcional e motivadamente, a gestão do contrato poderá ser exercida pelo setor da Câmara designado pela autoridade de que trata o **caput**.

§ 7º Na hipótese prevista no § 6º, o titular do setor responderá pelas decisões e pelas ações tomadas no seu âmbito de atuação.

§ 8º Nos casos de atraso ou de falta de designação, de desligamento e de afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou dos fiscais do contrato e dos respectivos substitutos, até que seja providenciada a designação, as atribuições de gestor ou de fiscal caberão ao Presidente da Câmara, ressalvada previsão em contrário em norma interna do órgão ou da entidade.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 58**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**Art. 8º** Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela administração, observado o seguinte:

- I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e
- II - a contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

### **Requisitos para a designação**

**Art. 9º** O agente público designado para o cumprimento do disposto nesta Resolução deverá preencher os seguintes requisitos:

- I - ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da administração pública;
- II - ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo Poder Público; e
- III - não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da administração nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

**§ 1º** Para fins do disposto no inciso III do **caput**, consideram-se contratados habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recorrente de contratação com a Câmara Municipal de Monte Alto evidencie significativa probabilidade de novas contratações.

**§ 2º** A vedação de que trata o inciso III do **caput** incide sobre o agente público que atue em processo de contratação cujo objeto seja do mesmo ramo de atividade em que atue o licitante ou o contratado habitual com o qual haja o relacionamento.

**§ 3º** Os agentes de contratação, os membros da Comissão de contratação, o gestor e fiscal de contratos, bem como os seus substitutos, serão designados dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Câmara Municipal.

**§ 4º** É dever da Câmara Municipal oferecer contínua capacitação dos agentes públicos designados

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 59**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



para o cumprimento do disposto nesta Resolução.

**Art. 10.** Nas hipóteses de deficiência ou de limitações técnicas para executar a atividade que possam impedir o cumprimento diligente das atribuições, o agente público deverá comunicar o fato ao seu superior hierárquico.

**§ 1º** Na hipótese prevista no **caput**, a autoridade competente poderá providenciar a qualificação prévia do servidor para o desempenho das suas atribuições, conforme a natureza e a complexidade do objeto, ou designar outro servidor com a qualificação requerida, observado o disposto no § 5º do art. 7º.

**§ 2º** A Administração poderá ainda avaliar a necessidade de designar a atribuição em caráter de exclusividade.

**Art. 11.** O servidor designado deverá ser previamente esclarecido da sua atribuição e do atendimento das formalidades essenciais que terá que cumprir para a segurança jurídica dos procedimentos.

**Parágrafo único.** O ato de designação dar-se-á por Portaria específica, com publicação no Diário Oficial do Município, e encaminhada notificação ao servidor.

### **Princípio da segregação das funções**

**Art. 12.** O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

**Parágrafo único.** A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o **caput**:

I - será avaliada na situação fática processual; e

II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

### **Vedações**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 60**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto



**Art. 13.** O agente público designado para atuar na área de licitações e contratos e o terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, deverão observar as vedações previstas no [art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### CAPÍTULO III DA ATUAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

#### **Atuação do agente de contratação**

**Art. 14.** Caberá ao agente de contratação em especial:

- I - tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas aos setores pertinentes, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;
- II - coordenar a elaboração dos termos de referência, da pesquisa de preços e dos editais por membro da equipe de apoio, designado pelo agente;
- III - acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação referente ao Plano Anual de Contratações, quando houver, seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação;
- IV- Instruir os processos de contratação direta nos termos do Art. 72 [da Lei nº 14.133, de 2021](#); e
- V - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:
  - a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;
  - b) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;
  - c) verificar e julgar as condições de habilitação;
  - d) sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, bem como, erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - e) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;
  - f) indicar o vencedor do certame;

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 61**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**g)** conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

**h)** encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, ao Presidente da Câmara para adjudicação e para homologação.

**§ 1º** O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio, de que trata o art. 3º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, exceto quando induzido a erro pela atuação da equipe.

**§ 2º** A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.

**§ 3º** Na hipótese prevista no § 2º, o agente de contratações estará desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos e de anteprojetos e de termos de referência.

**§ 4º** Para fins do acompanhamento de que trata o inciso III do **caput**, o setor de contratações enviará ao agente de contratação o relatório de riscos, com atribuição ao agente de impulsionar os processos constantes do plano de contratações anual com elevado risco de não efetivação da contratação até o término do exercício.

**§ 5º** O não atendimento das diligências do agente de contratação por outros setores da Câmara Municipal ensejará motivação formal, a ser juntada aos autos do processo.

**§ 6º** As diligências de que trata o § 5º observarão as normas internas da Câmara Municipal, quando houver, inclusive quanto ao fluxo procedimental.

**Art. 15.** O agente de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Câmara Municipal para o desempenho das funções essenciais à execução das suas funções.

**§ 1º** O auxílio de que trata o **caput** se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitações de apoio, hipótese em que serão observadas as normas internas da Câmara Municipal quanto ao fluxo procedimental, quando houver.

**§ 2º** Sem prejuízo do disposto no § 1º, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de consulta específica, que conterà, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida.

**§ 3º** Na prestação de auxílio, a unidade de controle interno observará a supervisão técnica e as

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 62**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



orientações normativas do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal e se manifestará acerca dos aspectos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos administrativos da gestão de contratações.

§ 4º Previamente à tomada de decisão, o agente de contratação considerará eventuais manifestações apresentadas pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

**Art. 16.** O agente público designado para a função de agente de contratação perceberá uma gratificação, a ser criada pela Câmara Municipal.

### **Atuação da equipe de apoio**

**Art. 17.** Caberá à equipe de apoio, em especial:

I - auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições;

II – elaborar os termos de referência, pesquisas de preços e editais a partir de modelos padronizados disponibilizados pela Câmara Municipal; e

III – inserir os dados referentes ao processo licitatório e/ou à contratação direta no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, no sítio oficial da Câmara na internet e providenciar as publicações previstas em lei.

**Parágrafo único.** As atribuições enumeradas no artigo anterior serão coordenadas pelo agente de contratação.

**Art. 18.** O agente público designado como membro da equipe de apoio perceberá uma gratificação, a ser criada pela Câmara Municipal.

### **Atuação da comissão de contratação**

**Art. 19.** Caberá à comissão de contratação, em especial:

I - substituir o agente de contratação, observado o disposto no art. 14, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 2º e no art. 9º;

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 63**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**II** - conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo, observado o disposto no art. 14;

**III** - sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, e atribuir-lhes eficácia para fins de habilitação e de classificação; e

**IV** - receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no [art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021](#), observados os requisitos estabelecidos em regulamento.

**§ 1º** Quando substituírem o agente de contratação, na forma prevista no inciso I do **caput**, os membros da comissão de contratação responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão, exceto o membro que expressar posição individual divergente, a qual deverá ser fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

**§ 2º** O não atendimento das diligências da comissão de contratação por outros setores da Câmara Municipal ensejará motivação formal, a ser juntada aos autos do processo.

**§ 3º** As diligências de que trata o § 2º observarão as normas internas da Câmara Municipal, quando houver, inclusive quanto ao fluxo procedimental.

**Art. 20.** A comissão de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Câmara Municipal, nos termos do disposto no art. 15.

**Art. 21.** O agente público designado como membro da Comissão de Contratação perceberá uma gratificação, a ser criada pela Câmara Municipal, sendo paga somente enquanto o servidor desempenhar a atividade.

### **Gestão e fiscalização de contratos**

**Art. 22.** Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

**I** - gestão de contrato - a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

**II** - fiscalização técnica - o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 64**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa; e

**III** - fiscalização administrativa - o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.

**§ 1º** As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos ou por equipe de fiscalização, assegurada a distinção das atividades.

**§ 2º** A distinção das atividades de que trata o § 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

**§ 3º** Sempre que possível as atividades de gestão e de fiscalização serão exercidas por servidores públicos distintos.

**Art. 23.** A função de fiscalização técnica e administrativa poderá ser exercida pelo mesmo agente público.

**Art. 24.** O agente público designado para a função de gestor ou fiscal de contratos perceberá uma gratificação, a ser criada pela Câmara Municipal.

### **Atuação do gestor de contrato**

**Art. 25.** Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

**I** - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, de que tratam os incisos II e III do **caput** do art. 22;

**II** - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

**III** - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos;

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 65**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto





**IV** - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

**V** - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do **caput** do art. 22;

**VI** - elaborar o relatório final de que trata a [alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com as informações obtidas durante a execução do contrato;

**VII** - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;

**VIII** - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme disposto em regulamento; - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 28, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

**IX** - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso; e

**X** – divulgar no PNCP os contratos e seus aditamentos observando os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Atuação do fiscal técnico**

**Art. 26.** Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

**I** - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, inclusive na elaboração de relatórios;

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 66**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



**II** - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**III** - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

**IV** - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**V** - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

**VI** - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

**VII** - comunicar ao gestor do contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, com antecedência mínima de 6 meses, salvo justificativa da impossibilidade; - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo, conforme o disposto no inciso VII do **caput** do art. 25;

**VIII** - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do **caput** do art. 25; e

**IX**- realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 28, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

### **Atuação do Fiscal administrativo**

**Art. 27.** Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

**I** - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, inclusive na elaboração de relatórios, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 67**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

**II** - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

**III** - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, tomar as medidas cabíveis;

**IV** - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**V** - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico, conforme o disposto no inciso VII do **caput** do art. 25;

**VI** - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do **caput** do art. 25; e

**VII** - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 28, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

#### **Recebimento provisório e definitivo**

**Art. 28.** O recebimento provisório ficará a cargo dos fiscais técnico e administrativo e o recebimento definitivo, do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente.

**Parágrafo único.** Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos no contrato, nos termos no disposto no [§ 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **Apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno**

**Art. 29.** O gestor de contratos e os fiscais técnico e administrativo serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Câmara Municipal, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações para prevenir riscos na execução do contrato, conforme o disposto no art. 15.

#### **Decisões sobre a execução dos contratos**

**Art. 30.** As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato serão efetuados no prazo de um mês,

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 68**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA





# *Câmara Municipal de Monte Alto*

## *Estado de São Paulo*



contado da data do protocolo do requerimento, exceto se houver disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

§ 1º O prazo de que trata o **caput** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que motivado.

§ 2º As decisões de que trata o **caput** serão tomadas pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pela autoridade superior, nos limites de suas competências.

### CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

#### **Orientações gerais**

**Art. 31.** Os casos omissos serão dirimidos pela Mesa Diretora, que poderá expedir normas complementares para a execução desta norma, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

#### **Vigência**

**Art. 32.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Câmara

Municipal, 05 de Dezembro de 2023.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - PROCESSO Nº 13/2026 – FLS 69**



MUSEU DE PALEONTOLOGIA



camara@montealto.sp.leg.br - licitacao2@montealto.sp.leg.br  
Av. 15 de Maio, 650 - CEP 15.910-049 - Fone (16) 3244-0850 @camaramontealto